



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Coxim/MS, 16 de março de 2015

Ofício nº 0438/2015

Autos nº 0000647-30.2015.8.12.0011

Ação: Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Requerente: Gicelle do Rocio Ferreira

Requerido: José Paulino da Mota

Ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Adão Rosa dos Santos Gomes
MD. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim/MS.

Senhor Comandante:

Com o presente e para os devidos fins, encaminho a Vossa Senhoria a inclusa decisão, extraída dos autos de Medida de Proteção acima mencionado, instaurada contra o acusado **José Paulino da Mota**, Estrada Velha, 1693, Nova Coxim - CEP 79400-000, Fone (067), Coxim-MS, CPF 403.261.791-00, RG 358.115 SSP/MS, nascido em 12/04/1964, Divorciado, Brasileiro, natural de Presidente Bernardes-SP, Técnico em Eletrônica (Rua Jasmin s/n Bairro Jardim das Acacias), pai Manoel Paulino da Mota, mãe Izaura Angelina dos Santos Mota, tendo como vítima **Gicelle do Rocio Ferreira**, Rua Três, 13, Fone: (067) 9833-5025, Nova Coxim - CEP 79400-000, Coxim-MS, CPF 367.400.121-72, RG 313399SSP/MS, nascida em 13/08/1965, Convivente, Brasileiro, natural de Campo Grande-MS, Prendas do Lar, pai Osvaldo Ferreira., mãe Ivonice dos Santos., para conhecimento e fiscalização da medida imposta ao acusado, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

Atenciosamente.

Gislene Cristina Minini Duarte
Analista Judiciário
 Assina por determinação
 Portaria nº 002/2001

Mod. 778693 - Endereço: Rua João Pessoa, nº 325, Centro - CEP 79400-000, Fone: (67)3291-1377, Coxim-MS - E-mail: cox-vcrim@tjms.jus.br,

SETOR DE CORREIO - Remessa Deste Documento				
<input checked="" type="checkbox"/>	PROTOCOLO	<input type="checkbox"/>	MALOTE SIMPLES	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	CORREIO SIMPLES	<input type="checkbox"/>	CORREIO COM A.R.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GISLENE CRISTINA MININI DUARTE. Para conferir o original, acesse o site www.tjms.jus.br/esaj, informe o processo 0000647-30.2015.8.12.0011 e o código 232C045.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Autos 0000647-30.2015.8.12.0011 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Réu(s): José Paulino da Mota

Vítima: Gicelle do Rocio Ferreira

DECISÃO

1. Trata-se de requerimento formulado pela Delegada de Polícia de Coxim, Dra. Sandra Regina Simão de Brito Araujo em que se postula a aplicação de medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica e/ou familiar.

2. Segundo as informações da autoridade policial, a vítima, em data recente, teria sofrido ameaça de seu ex-companheiro de sua filha, o que justificaria a aplicação das medidas previstas na nova Lei 11.340/06.

3. Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual opinou pelo acolhimento do pedido (fls. 09/11).

Relatei o necessário. Decido.

4. Como bem colocou o *Parquet*, a Lei 11.340/06 trouxe notório avanço no que toca à proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, prevendo um extenso rol de medidas cautelares e protetivas colocadas à disposição do magistrado para efetivo resguardo da integridade, física e moral, da vítima, de seus familiares e eventuais testemunhas.

5. No caso dos autos, uma vez demonstradas as agressões sofridas pela ofendida, impõe-se a aplicação das medidas postuladas pela autoridade policial, como autoriza a novel legislação



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

protetiva.

6. Com efeito, a condição de mulher é haurida da própria declaração realizada pela vítima perante a autoridade policial. A violência, por sua vez, encontra-se caracteriza por meio do referido relato, assim como pelo fato de a vítima ter procurado a polícia para registrar a ocorrência dos fatos. Por fim, sem dúvida, a espera pela 'certeza' das agressões pode tornar inócua a ação judicial.

7. Pelo exposto, com base nos artigos 18 e seguintes da Lei 11.340/06 e com o parecer, determino ao agressor mantenha-se à distância mínima de 300 metros da ofendida, de seus familiares ou testemunhas; não mantenha contato, de nenhuma espécie, com a ofendida, seus familiares ou testemunhas.

8. Ressalto que tais medidas serão aplicadas em caráter de urgência, pelo prazo de 30(trinta) dias, podendo, ainda, ser revista oportunamente, na audiência de interrogatório ou na audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06.

9. Intime-se o autor dos fatos para que cumpra as medidas determinadas, advertindo-o de que são provisórias e de que o seu descumprimento importará a sua **prisão**.

10. Dê-se ciência à autoridade policial, que zelarà pelo cumprimento das medidas e, ainda, deverá imprimir andamento preferencial às investigações, as quais deverão ser concluídas no prazo de noventa dias, nos termos da Lei 11.340/06.

11. Intime-se a vítima das medidas impostas, advertindo-a de que deverá informar à autoridade policial o eventual descumprimento pelo autor dos fatos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

12. Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário, solicitar reforço policial para assegurar o cumprimento desta decisão.
 13. Ciência ao Ministério Público Estadual.
 14. Às providências e intimações necessárias.
- Coxim - MS, 13 de março de 2015.

Claudio Müller Pareja

Juiz de Direito em Substituição Legal